

Depoimento de presidente da Enel em CPI tem apagão e bate-boca

Carlos Carvalho

Com direito a apagão inicial, a CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) da Enel, na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp), ouviu o diretor-presidente da Concessionária, Max Xavier Lins. A oitiva desta terça-feira (14/11) durou mais de seis horas e foi marcada por uma série de críticas aos serviços prestados pela empresa. Houve bate-boca nos bastidores do Parlamento.

Os trabalhos começariam às 9h30, porém, dois apagões ocorreram na Assembleia Legislativa. Segundo o presidente da CPI, o deputado estadual Thiago Auricchio (PL), uma televisão e um adaptador usado para levar às imagens do computador para as telas do auditório foram queimadas devido aos problemas de fornecimento de energia. O fato também “vitimou” Lins que não conseguiu fazer a apresentação com slides da maneira em que pensava.

Em outro momento da oitiva, no momento em que o deputado estadual Luiz Fernando Teixeira (PT) realizava suas perguntas, houve uma nova queda de energia no plenário.

O diretor-presidente da Enel iniciou seu depoimento afirmando que responderia todas as perguntas, mesmo após o habeas corpus que concedeu o direito ao silêncio. Na sequência pediu desculpas aos 2,1 milhões de clientes atingidos pelo apagão ocorrido entre os dias 3 e 9 de novembro. No restante do tempo falou dos investimentos da própria Enel e do sistema de automação que foi potencializado na empresa.

Reclamação dos prefeitos

Na sequência os prefeitos começaram a falar. O primeiro foi o são-bernardense Orlando Morando (PSDB), que não poupou palavras e foi categórico ao dizer que “o trabalho da Enel é um lixo”. Reclamou sobre a falta de atendimento para os

municípios, a demora para atender as solicitações e falta de resolução quando ocorre algum tipo de problema. “A Enel atrapalha o desenvolvimento econômico do Estado”, afirmou.

Max Xavier Lins respondeu a todas as perguntas durante a oitiva (Foto: Reprodução/TV Alesp)

O prefeito de São Caetano, José Auricchio Júnior (PSDB), também reclamou sobre o atendimento da empresa e repetiu as palavras do governador Tarcísio Gomes de Freitas (Republicanos). “O contrato de privatização é frouxo, mal regulado e mal fiscalizado”, ressaltou o tucano.

“Vocês (Enel) têm um sentimento claro de não punição. Vocês sabem que podem economizar na prestação de serviços. O lucro exorbitante que vocês têm. Agora vocês despejam qualquer coisa de milhões de reais na grande imprensa, fazendo uma imagem positiva de vocês para neutralizar a opinião pública e a vida segue, e quem paga a conta?”, seguiu Auricchio.

Os prefeitos de Ribeirão Pires, Guto Volpi (PL), e de Rio Grande da Serra, Penha Fumagalli (PSD), também ressaltaram os problemas com as podas. Max afirmou que a responsabilidade deste trabalho é da prefeitura, porém, os chefes de Executivo rebateram ao falar sobre a necessidade de a concessionária cortar por alguns instantes o fornecimento para que a poda das árvores seja realizada sem perigo para a equipe do município.

Irritação de Morando

Ainda sobre as podas, Max Xavier Lins ressaltou a necessidade das prefeituras usarem o georreferenciamento para auxiliar a empresa sobre as árvores existentes próximas às fiações. Além disso, pediu um levantamento de cada tipo de elemento arbóreo nas cidades. A fala irritou Orlando Morando que chegou a dizer que o diretor-presidente da Enel deveria “ter vergonha na cara”.

Nos corredores, Orlando Morando também discutiu com o diretor de relações institucionais da Enel, Marcos Augusto Mesquita Coelho. O tucano também criticou a postura de Mesquita, considerado como um dos elos com a empresa. O prefeito são-bernardense chegou a pedir a prisão dos diretores da concessionária nos últimos dias.

Aterramento e indenizações

Em relação aos deputados um dos principais questionamentos foi sobre o aterramento dos fios. Max afirmou que para colocar toda a fiação embaixo da terra seriam necessários investimentos de R\$ 320 bilhões. Além disso, afirmou que a fiação aérea foi a responsável pela universalização da distribuição de energia elétrica no Brasil.

Outro ponto foi sobre as indenizações. Max relatou que regras da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) apontam que as indenizações devem ser realizadas para aqueles que tiveram algum prejuízo material sobre produtos eletroeletrônicos. Mas que não havia qualquer definição para quem perdeu alimentos durante os dias de apagão. Este fato também irritou os deputados.

<https://www.reporterdiario.com.br/noticia/3346862/depoimento-de-presidente-da-enel-em-cpi-tem-apagao-e-bate-boca/>

Veículo: Online -> Site -> Site Repórter Diário

Seção: Política